



Formação universitária e o enfrentamento da violência de gênero: relatos e análises de um projeto de extensão

LUANA SIQUEIRA
GLAUCIA LELIS ALVES
MAÍRA CARVALHO PEREIRA

University education and confronting gender-
based violence: reports and analyses from an
extension project

Formação universitária e o enfrentamento da violência de gênero: relatos e análises de um projeto de extensão¹

University education and confronting gender-based violence: reports and analyses from an extension project

PALAVRAS-CHAVE
DESIGUALDADE DE
GÊNERO.
EXTENSÃO UNIVERSI-
TÁRIA.
FEMINISMO.
EDUCAÇÃO.

RESUMO Este artigo apresenta relatos e análises de ações de extensão universitária voltadas ao estudo e reflexão sobre violência de gênero, trabalho reprodutivo e trabalho doméstico no processo de acumulação capitalista. Nesta oportunidade, serão abordadas as experiências e expectativas das ações do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão Biblioteca Feminista (BFPV): os minicursos “Qual fogo que te queima? A violência nossa de cada dia” e “A Biblioteca Feminista vai ao ensino fundamental e médio”. O objetivo é refletir sobre o papel da extensão na formação universitária de qualidade, laica, gratuita e socialmente referenciada.

KEYWORDS
GENDER INEQUALITY.
UNIVERSITY EXTEN-
SION.
FEMINISM.
EDUCATION.

ABSTRACT This article presents reports and analyses of university extension activities focused on the study and reflection on gender violence, reproductive work, and domestic work in the process of capitalist accumulation. On this occasion, we will address the experiences and expectations of the activities of the Feminist Library Teaching, Research, and Extension Project (BFPV): the mini-courses “What fire burns you? The violence we experience every day” and “The Feminist Library goes to elementary and high school”. The objective is to reflect on the role of extension in quality, secular, free, and socially referenced university education.

¹
Em 2025 o projeto contou uma bolsa Programa Institucional De Fomento Único De Ações De Extensão (PROFAEX), com duração de 12 meses.

LUANA SIQUEIRA

Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coord. do projeto de ensino, pesquisa e Extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha vai ao ensino médio.

E-mail: luanass81@yahoo.com.br

GLAUCIA LELIS ALVES

Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coord. do projeto de ensino, pesquisa e Extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha vai ao ensino médio.

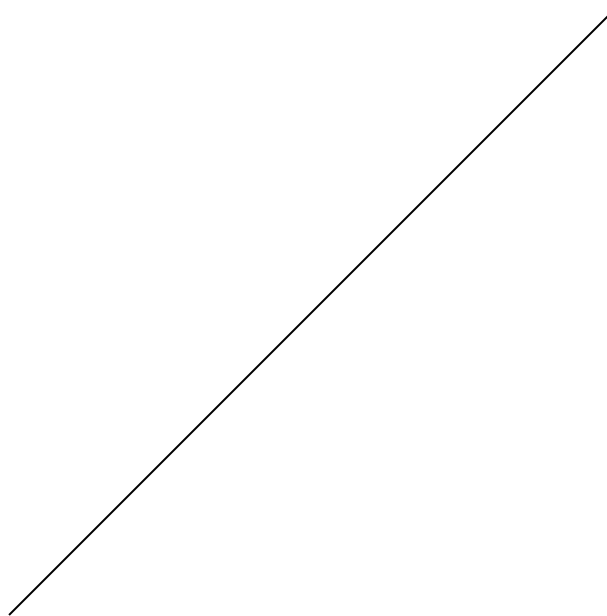
E-mail: glaucialelisalves@gmail.com

MAÍRA CARVALHO PEREIRA

Doutoranda em Serviço Social - UFRJ. Integrante do projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha vai ao ensino médio. Bolsista

FAPERJ.

E-mail: mai.carvalho@outlook.com



INTRODUÇÃO O presente trabalho apresenta as sínteses das ações de extensão voltadas ao debate sobre o trabalho reprodutivo, o trabalho doméstico e a violência de gênero, compreendendo-os como pilares da acumulação capitalista. Através das experiências do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão Biblioteca Feminista (BFPV) – especificamente os minicursos “Qual fogo que te queima? A violência nossa de cada dia” e “A Biblioteca Feminista vai ao ensino fundamental e médio” – discute-se a importância da extensão na formação de competências técnico-operativas e ético-políticas de futuros professores e assistentes sociais. A ênfase no debate de gênero não é apenas uma demanda teórica para a pesquisa, mas uma exigência histórica, econômica, política, social, cultural, extremamente atual

e diretamente relacionadas às desigualdades sociais, à divisão sexual do trabalho e à violência contra mulheres e crianças.

Tendo como referência debates histórico-críticos no campo do feminismo e direito das mulheres, compreende-se que o trabalho reprodutivo, majoritariamente realizado por mulheres, não é uma “vocação natural”, mas um trabalho não remunerado que cria e sustenta a força de trabalho essencial para manter as relações sociais de produção de riqueza.

Assim, a explícita apropriação do capitalismo por formas e organizações da vida social anteriores a sua existência recria uma estrutura onde a exploração de classe e a opressão de gênero se retroalimentam. Contudo, o debate de gênero na universidade pública não é apenas uma demanda acadêmica, mas uma exigência ética e política: as relações sociais de gênero estão no cerne da divisão sexual do trabalho e da violência, elementos centrais da dinâmica de exploração intrínseca ao modo de produção capitalista.

Além da preocupação com a qualidade e a dimensão crítica das ações extensionistas, a curricularização da extensão universitária tem sido um ponto central nas discussões sobre a educação superior brasileira. Prevista legalmente como um dos pilares da formação acadêmica, juntamente com o ensino e a pesquisa, a extensão tem ganhado cada vez mais relevância nas últimas duas décadas, tendo em vista os marcos legais como a Estratégia 12.7 do PNE (2014-2024) e a Resolução CNE/CES nº 7/2018. Contudo, essa obrigatoriedade tem gerado intensas controvérsias teóricas e políticas.

A curricularização da extensão no Brasil, neste contexto, se torna um campo de disputas que opõe o potencial pedagógico às barreiras estruturais. Seus defensores enfatizam a formação crítica e a integração teoria-prática, que aproxima o acadêmico das demandas sociais e estimula pesquisas inovadoras. Contudo, a obrigatoriedade impõe desafios severos, como a sobrecarga de alunos trabalhadores, a escassez de recursos públicos e o risco de mercantilização das atividades. A coexistência desses benefícios e fragilidades torna a implementação um processo complexo e polêmico.

A obrigatoriedade da extensão universitária, todavia, gera controvérsias ao confrontar benefícios pedagógicos e obstáculos reais. Pelo lado positivo, a prática fortalece onexo teoria-prática, desenvolve habilidades interpessoais e estabelece um canal de mão dupla entre universidade e sociedade. Por outro lado, a medida enfrenta a falta de infraestrutura e financiamento nas instituições públicas, além de desconsiderar a realidade do aluno trabalhador. Sem planejamento orgânico, corre-se o risco de transformar a extensão em mera burocracia ou em uma via para a privatização do ensino público.

Embora a extensão curricularizada promova uma formação crítica e socialmente referenciada, sua implementação esbarra em limites estruturais. A falta de financiamento, a sobrecarga discente e docente, se somam ao risco de desvirtuamento mercantil e da privatização (através de venda de serviços) da universidade gratuita, laica e socialmente referenciada, configurando um dos gargalos que ameaçam a qualidade do ensino superior e a equidade de distribuição dos recursos.

O debate atual reflete, portanto, a tensão entre o ideal

pedagógico de integração com a comunidade e a precariedade das condições institucionais para efetivá-lo. Não há dúvidas de que a extensão é uma prática pedagógica essencial para uma formação crítica e socialmente engajada. Ela aproxima a academia da realidade social, permitindo a realização interventiva dos conhecimentos científicos e o desenvolvimento de habilidades cruciais como trabalho em equipe, comunicação e adaptação. Além disso, fortalece a relação universidade-sociedade, impulsionando novas pesquisas e soluções inovadoras.

Por outro lado, a imposição da extensão levanta questões e desafios significativos. A sobrecarga curricular e a falta de tempo dos estudantes trabalhadores são preocupações constantes. A obrigatoriedade, por si só, não garante a qualidade ou a relevância dos projetos, que exigem vínculo orgânico e continuado entre planejamento, supervisão e avaliação.

As universidades, especialmente as públicas, enfrentam escassez de estrutura, recursos, financiamento e corpo docente qualificado, dificultando a oferta de projetos de qualidade para todos os alunos. A gestão de um sistema de extensão obrigatória é complexa e exige diretrizes claras, resultando em diferenças entre cursos e universidades. Há, ainda, o risco de a extensão ser vista como uma “atividade a ser cumprida” em vez de uma oportunidade de aprendizado, e a preocupação com o viés de privatização, que, frente aos cortes orçamentários, estimula a venda de serviços e a captação de financiamento privado, comprometendo a autonomia da produção universitária pública.

Neste cenário de tensões e desafios, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão emerge como uma estratégia potente para sustentar práticas formativas críticas e socialmente referenciadas, sobretudo diante do desmonte da educação pública e da crescente escassez de recursos. A sistematização de atividades que envolvem debates sobre feminismo, gênero e violência, desenvolvidas por estudantes e docentes, evidencia esse potencial. Por meio da produção de materiais didáticos, eventos culturais e oficinas, tais ações têm alcançado tanto a comunidade acadêmica quanto setores da sociedade civil, como escolas e movimentos sociais, reafirmando a importância da universidade pública e democrática.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO LEGAL E POLÍTICO-PEDAGÓGICO BRASILEIRO

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96 já previam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como pilares da educação superior. A autonomia didático-científica das universidades (Art. 207 da CF/88) permite diferentes abordagens pedagógicas em relação à extensão. A LDB, em seu Art. 43, detalha as finalidades da educação superior, incluindo a pesquisa como meio de criação e difusão de conhecimento e cultura, e o ensino como forma de “divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade” (BRASIL, 1996).

Especificamente sobre a extensão, o Art. 43, § VII, da LDB a compreende como um aspecto democrático da gestão institucional,

visando à criação e ampliação das conquistas das lutas sociais, e à “difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em sua dinâmica de organização e sistematização da extensão, classifica os âmbitos didáticos e metodológicos dessa prática pedagógica nos seguintes aspectos: programa, conjunto articulado de projetos ou outras ações de extensão que integram ensino, pesquisa e extensão, orientados por um objetivo comum e geridos conforme diretrizes institucionais; projeto, ação de caráter educativo, social, cultural ou científico, com objetivo específico, podendo estar ou não vinculado a um programa de extensão; curso, atividade teórico-prática, presencial ou a distância, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos; evento, apresentação ou exibição pública de aspectos culturais, artísticos, esportivos, científicos ou tecnológicos, reconhecida pela universidade; prestação de serviço, realização de serviços oferecidos pela universidade e contratados por terceiros.

Este último ponto levanta a importante polêmica referente à privatização e à autonomia da produção científica, uma vez que a ausência de recursos e o cenário de contingenciamento progressivo levam as ações extensionistas a assumir um viés de venda de serviços e captação de financiamento privado, comprometendo a isonomia e autonomia da produção universitária pública.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 reforçou a meta de que as universidades garantam, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014). Isso representa um avanço significativo na formalização da extensão como parte integrante da formação.

No entanto, a implementação desses 10% de créditos curriculares em extensão, com ênfase em áreas de grande pertinência social, desafia todos os setores da universidade – discentes, docentes, gestão e também o público envolvido (Serafim, 2023). A integralização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como prática orgânica na universidade opera um desafio pedagógico de construção crítica, criativa e comprometida, especialmente frente ao inócuo e insuficiente investimento público nas áreas humanas e sociais.

A ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) tem alertado sobre a necessidade de defender a educação pública, gratuita e laica, resistindo às tendências de privatização no campo da educação, combatendo a cobrança de taxas em programas, projetos, cursos ou na prestação de serviços para a comunidade de natureza mercantil, e enfrentando a questão do voluntariado (ABEPSS, 2021). O financiamento e as garantias das condições para o desenvolvimento das atividades de extensão estão cada ano mais diminutos, tornando a creditação da extensão cada dia mais inviável ou precarizada, o que impacta diretamente a formação profissional e as ações junto à comunidade externa.

CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA E O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS: A PARTICULARIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

O documento da ABEPSS sobre a Curricularização da Extensão e Serviço Social (2022) enfatiza a necessidade de priorizar atividades que se vinculem às lutas da classe trabalhadora, fortalecendo a direção ético-política da profissão. A formação do assistente social, conforme as Diretrizes Curriculares, busca uma visão de totalidade da realidade social no contexto do capitalismo, almejando um profissional qualificado ética e teoricamente, comprometido com as pautas e lutas da classe trabalhadora, com capacidade de atuar coletivamente no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social.

A integração da extensão no Serviço Social exige uma articulação entre graduação e pós-graduação para promover e implementar mudanças nos projetos político-pedagógicos e impactar toda a comunidade de forma interdisciplinar e cientificamente. Historicamente, as universidades públicas brasileiras têm sido excludentes, reforçando um perfil seletivo e desigual. A manutenção da universidade pública é uma pauta central na luta da classe trabalhadora, defendendo uma formação científica e crítica, como apontado por Florestan Fernandes (1979). É nesse contexto que projetos de extensão, como o da Biblioteca Feminista, buscam aproximar a universidade do ensino médio e fundamental, reforçando as lutas e conquistas da classe trabalhadora.

O PROJETO DE EXTENSÃO: BIBLIOTECA FEMINISTA

A ideia da construção do Coletivo de Mulheres na Escola de Serviço Social (SESO) teve seu marco político em 2014, motivada pela violência sofrida por mulheres na instituição. O objetivo inicial foi denunciar a violência de gênero e solicitar que nenhuma aluna fosse obrigada a ter aulas com o professor agressor. Este fato evidenciou a violência tanto no âmbito público quanto privado, chamando a atenção para a necessidade de fomentar o debate sobre a violência contra a mulher. O Coletivo de Mulheres do SESO passou a realizar ações político-pedagógicas críticas, criativas, competentes e propositivas, ampliando o debate sobre as diversas opressões no ambiente acadêmico, articulando teorias marxistas e feministas para desvelar a realidade e promover mudanças.

O Coletivo se tornou um espaço de acolhimento para relatos de violência, reconhecendo que a violência contra a mulher não se restringe ao privado, mas é um fenômeno multifacetado que se insere em uma dinâmica estrutural de reprodução da lógica patriarcal e machista que compõe a formação social brasileira. As proporções são extremamente significativas, especialmente por se tratar de uma profissão majoritariamente feminina, que ao ser pensada para atuar com políticas sociais que respondem às manifestações da questão social, as violências cotidianas atravessam tanto a dimensão privada, quanto a profissional e político-pedagógica da questão, exigindo debates e ações político-pedagógicas junto a toda a comunidade.

As alunas que construíram o Coletivo de Mulheres do SESO reconheceram a existência do machismo institucional e demais opressões próprias da sociedade capitalista com relações sociais

patriarcais, ampliando o entendimento sobre a importância da organização das mulheres e percebendo a urgência de problematizar o lugar de subalternidade do trabalho feminino, ressaltando a necessidade da universidade fomentar o debate sobre o feminismo e sua importância para a formação e capacitação permanente, bem como para a valorização da produção e teorias feministas nos conteúdos programáticos de todas as disciplinas obrigatórias.

Entendendo que o machismo perpassa todas as relações sociais e que ninguém vive o cotidiano descolado dessa reprodução, foi problematizado a necessidade premente e central do debate de gênero, abarcando ações de ensino, pesquisa e extensão que corroborassem para a construção ético-política e teórico-metodológica de uma cultura antipatriarcal, sobretudo no âmbito da universidade e de seus distintos sujeitos políticos.

As ações do coletivo tiveram o interesse de provocar as pessoas, tirando-as do lugar comum com a mediação da arte, em suas manifestações plurais, compreendida em sua função social e política, como uma forma central de objetivação do ser social, de expressão de um tempo histórico. Foram implementadas instalações com fios e linhas tecidas com a perspectiva de compor uma teia que representasse tanto a rede que articula história, consciência e luta feminista, mas que também explicitasse as formas de combate à violência contra a mulher.

Outra estratégia foi a instalação de um mural de relatos sobre as expressões de machismo sofrido por mulheres no espaço universitário, com o objetivo de dar voz às mulheres, garantindo seu anonimato e expor os agressores e sujeitos que cometeram violências e violações às mulheres de modo didático e que provocasse a reflexão político-pedagógica acerca da temática. Essas e outras manifestações artísticas tiveram sempre um eixo comum: demonstrar o quanto é naturalizada a opressão de gênero e como é importante explicitar e desvelar esse fenômeno e suas formas de resistência.

A arte, nessa perspectiva, revela-se como uma das objetivações do ser social que contribui para a leitura de totalidade e o desvelar de fenômenos obnubilados, tal qual o machismo, a estrutura patriarcal e o campo ideológico de mistificação que os envolve.

O feminismo tem como desafio enfrentar os ataques e o avanço dos valores conservadores dessa sociedade patriarcal. Com a finalidade de instrumentalizar os assistentes sociais e profissionais de áreas afins para uma atuação coerente com o compromisso ético-político, propusemos a construção de um grupo de estudos e a criação da Biblioteca Feminista (BFPV). Seu objetivo é subsidiar teoricamente todas as pessoas que desejam apreender e desvelar as contradições que envolvem as questões de gênero em suas múltiplas expressões – econômica, cultural, histórica e política –, proporcionando a compreensão histórica do papel e lugar da mulher nessa sociedade misógina, racista e homofóbica, fortalecendo os laços e criando unidade no combate a toda e qualquer forma de opressão contra a mulher.

A bandeira abraçada pelo coletivo e, posteriormente, consubstanciada teórica e politicamente no projeto “Biblioteca Feminista da Praia Vermelha” é combater toda e qualquer forma de violência contra a mulher e fomentar o debate dentro e fora da Escola de Serviço

Social, fortalecendo o compromisso ético-político da categoria para qualificar as futuras assistentes sociais a atenderem as maiores usuárias de serviços públicos, que são as mulheres.

O corpo social do Coletivo de Mulheres da Escola de Serviço Social é composto por alunas, professoras, trabalhadoras terceirizadas e técnicas em educação, bem como ex-alunas, pois compreende que o machismo é estrutural e institucional. Analisar os determinantes que se colocam em suas vidas se torna fundamental para uma ação profissional qualificada. Apropriar-se do debate de gênero, raça e classe, sendo indissociáveis, é fundamental para a categoria profissional.

A Biblioteca Feminista constituiu-se como mais uma das ações propostas pelo coletivo em articulação com diversos cursos, tendo em vista democratizar o debate sobre as temáticas do feminismo, das questões de gênero, da divisão sexual, social e racial do trabalho, a partir do acesso à bibliografia física e virtual em diversos espaços nos coletivos, movimentos sociais e instituições.

AÇÕES ATUAIS DO PROJETO

As ações do projeto, pautadas na formação profissional de qualidade, na ampliação do espaço universitário e na popularização de conteúdos sobre direitos dos trabalhadores, movimentos sociais e feminismo, dividem-se em dois grandes grupos:

Produção de materiais didáticos: transformar textos acadêmicos e feministas em materiais acessíveis e lúdicos (exposições, vídeos curtos, publicações didáticas) para divulgação em universidades, escolas públicas, sindicatos, movimentos sociais, ONGs e favelas, legitimando e socializando o trabalho científico. A preocupação é tornar os conteúdos mais facilmente compreendidos por toda a comunidade, criando recursos didático-pedagógicos que decodificam a linguagem acadêmica, por meio de exposições sobre autoras e personalidades artísticas e políticas, vídeos curtos e publicações didáticas.

E também, a Biblioteca Feminista no ensino fundamental e médio: Divulgação do material produzido para diversos públicos, com atividades específicas para alunos de escolas públicas. Nesses encontros, alunos da graduação e pós-graduação organizam debates, apresentam o campus universitário, discutem formas de acesso e políticas de permanência, além de promover ações informativas sobre machismo, racismo, capacitismo, homofobia e misoginia, buscando a prevenção da violência. Assim, o projeto democratiza conteúdos e espaços acadêmicos, ao mesmo tempo em que promove a conscientização sobre diversas formas de opressão e sua intrínseca relação com a exploração.

OS MINICURSOS COMO TEMA “QUAL FOGO QUE TE QUEIMA?”

Um exemplo emblemático dessa prática de extensão são os minicursos “Qual fogo que te queima? A violência nossa de cada dia”. Ao evocarem as fogueiras que queimaram mulheres na Idade Média, esses minicursos convidam participantes a denunciarem, de forma anônima, as violências cotidianas que ainda incidem sobre os corpos femininos. O objetivo é discutir e dar visibilidade à violência de gênero, construir coletivamente medidas preventivas e divulgar redes

de apoio.

A metodologia utilizada envolve a análise bibliográfica de autoras feministas marxistas, com destaque para a obra “Calibã e a Bruxa” (2017) de Silvia Federici. Além disso, são levantados e analisados os relatos obtidos nos “foguinhos”, que são depoimentos anônimos depositados em uma urna, simbolizando os relatos de opressão. Este minicurso foi realizado em quatro ocasiões: em 2016 (na instalação artística da Semana de Integração Acadêmica Universitária), em 2023 (na Associação Gol de Letra), e nas edições de 2024 e 2025 da Semana Acadêmica do Serviço Social.

Na elaboração da atividade, tanto na dimensão prática quanto teórica, apropria-se dos sentidos e elementos da alegoria da “bruxa” presentes no imaginário social: o caldeirão, a vassoura, o espelho, a maçã, a fogueira e o chapéu. Essa proposta visa fomentar o debate teórico a partir de uma linguagem mais lúdica, onde as experiências pessoais são um importante aporte para a reflexão crítica.

O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL E OS RELATOS DOS PARTICIPANTES DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Os dados do Anuário de Violência Pública (2025) e do Mapa de Segurança Pública (Governo Federal, 2024) revelam um cenário alarmante da violência contra a mulher no Brasil. Crimes de estupro de vulnerável cresceram 111,2% em relação a 2023, e foram cerca de 227 notificações de estupros em 2024. Os feminicídios totalizaram 1.459 em 2024, e as tentativas de tal crime cresceram de 3.238 em 2023 para 3.870 em 2024 (19º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

As relações entre vítimas e agressores se distribuem principalmente entre parceiros ou ex-parceiros, familiares e amigos/conhecidos, evidenciando que a violência não se restringe a estranhos. O estudo aponta uma elevada taxa de subnotificação: apenas 8,5% dos casos chegam ao conhecimento da polícia e 4,2% são registrados pelo sistema de saúde, o que agrava a impunidade e a falta de acesso das vítimas a cuidados médicos e psicológicos.

A atividade “Qual é o fogo que te queima?” materializa, por meio das experiências vividas, aquilo que as estatísticas revelam de forma objetiva. Com um total de 53 participantes mulheres e 53 relatos anônimos, a atividade expõe a recorrência das violências de gênero vivenciadas no cotidiano. Dentre os registros: o assédio sexual foi a violência mais mencionada (26 relatos), seguido do medo e insegurança ao sair sozinha (20 menções), evidenciando como a simples ocupação de espaços públicos se torna um fator de risco. A violência sexual, incluindo estupro e tentativas, também se destacou (18 registros). Além disso, 16 relatos trouxeram experiências relacionadas à sexualização do corpo e das roupas, e 14 participantes relataram situações de controle sobre seus corpos e julgamentos morais.

Esses dados, quando analisados em conjunto, revelam um cenário estruturado de violência de gênero que perpassa as esferas pública e privada, reafirmando as imposições patriarcais naturalizadas na sociedade. O medo, a vergonha e o silenciamento impostos às mulheres são formas de disciplinamento social, que funcionam como ferramentas de controle, exatamente como descrito por Federici (2017)

ao analisar os impactos da caça às bruxas. Conforme Federici (2017, p. 205), historicamente, esse controle destruiu saberes femininos de resistência, resultando em uma regulação que consolidou o ideal da mulher passiva, feminina e obediente, moldada por relações sociais violentas.

A violência sexual se manifesta e se reproduz a partir de construções sociais que legitimam a opressão e a violação dos corpos femininos. Na lógica capitalista, o patriarcado se consolida como um instrumento que assegura a propriedade, exploração e dominação masculina, especialmente pelo controle da sexualidade e dos direitos reprodutivos das mulheres. Esse controle é reforçado por normas que naturalizam a heterossexualidade compulsória e a monogamia, que servem à manutenção da ordem patriarcal e à concentração de riqueza.

Nesse modelo relacional, a heterossexualidade se sustenta através de uma moralidade sexual assimétrica, que atribui aos homens o papel de sujeitos ativos e protagonistas, enquanto às mulheres é socialmente reservado um lugar de passividade. Tal configuração gera uma dinâmica onde o consentimento feminino é sistematicamente esvaziado, pois a cultura incentiva os homens à insistência, enquanto impõe às mulheres a negação de seus próprios desejos. Dessa forma, o desejo feminino é frequentemente deslegitimado, e a autonomia sobre seus corpos é apagada, contribuindo diretamente para a banalização do consentimento e a perpetuação da violência sexual (Campos, 2017).

A construção da sexualidade normativa, baseada na lógica machista/patriarcal, naturaliza a violência sexual e dificulta sua distinção de práticas sexuais socialmente legitimadas, exigindo a desconstrução dos modelos hegemônicos de heterossexualidade. Nesse contexto, o silenciamento das vítimas é reforçado pela culpabilização, que desconsidera os efeitos psíquicos da violência e responsabiliza as mulheres por suas reações durante o estupro. Soma-se a isso a baixa taxa de denúncias e condenações, especialmente nos casos em que a violência ocorre no âmbito doméstico ou é praticada por conhecidos. Como alerta Machado (1998):

192

27ª ED. VOL. 1 2026

REC

A continuidade da inversão da incidência entre ocorrências de denúncias e da incidência de penalização, quando se contrasta ‘os estupros contra conhecidas’ aos ‘estupros contra desconhecidas’, e ‘os estupros ocorridos no âmbito doméstico’ aos ‘estupros ocorridos em lugares públicos’, indica que as denúncias por estupro nas relações parentais ou entre conhecidos são mais difíceis de serem consideradas como crimes no decorrer dos processos investigativos e judiciais (Machado, 1998, p. 234).

O trabalho doméstico e reprodutivo – cuidar, alimentar, gerar, educar, sustentar emocionalmente – passou a ser naturalizado como parte do “instinto feminino” e, por isso, não reconhecido como trabalho e tampouco remunerado. Essa separação entre produção e reprodução, entre esfera pública e privada, aprofundou as desigualdades de gênero e sustentou a invisibilidade daquilo que, sem reconhecimento, continua sendo essencial (Bhattacharya, 2023).

Portanto, os “foguinhos” trazem marcas de violências que se repetem e se perpetuam: a violação sexual, o medo de sair à noite, a sobrecarga emocional e doméstica, e o controle sobre a liberdade

reprodutiva e sexual. Federici (2017) nos ajuda a compreender que essas experiências individuais não são isoladas ou circunstanciais; elas são a expressão concreta de uma lógica de poder construída historicamente para subjugar as mulheres, especialmente aquelas que ousam romper com os papéis esperados de submissão, docilidade e silêncio.

As reproduções biológicas, como gravidez, parto e amamentação, o trabalho doméstico e cuidados não remunerados, tornam as mulheres alvo de formas específicas de opressão no contexto das sociedades capitalistas. Essas opressões são intensificadas por mecanismos de controle estatal sobre seus corpos, evidenciando a dependência do capital em relação às funções reprodutivas femininas. Como afirmam Ferguson e McNally (2017, p. 40), “é isso que induz o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina”. Historicamente, as chamadas leis sociais foram instrumentos desse controle, promovendo reformas que, embora aparentassem proteção, também regulavam os corpos das mulheres, como nas restrições ao trabalho feminino e infantil, na responsabilização do Estado pela educação das crianças e, sobretudo, na constante disputa em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o acesso ao aborto. Essas medidas operam diretamente na regulação da reprodução das atuais e futuras gerações de trabalhadores assalariados.

Assim como as bruxas foram punidas por sua autonomia, saberes e resistência, as mulheres de hoje ainda são punidas com violência, vergonha e silenciamento por existirem fora da norma. Esses “fogos” se traduzem em medo, dor, perda, invisibilidade e trauma. Mas também, como nos lembra Federici (2017), a figura da bruxa é símbolo de luta e insubordinação. Ao compartilharem seus relatos, essas mulheres não apenas denunciam o sistema que as oprime, mas reafirmam a potência coletiva de transformar dor em discurso, vergonha em resistência e silêncio em memória política.

A articulação entre os relatos e o debate construído coletivamente no minicurso traz à tona a dor que perpassa não apenas aqueles corpos ali presentes, mas todos aqueles lidos socialmente como femininos. O machismo não atinge apenas mulheres em determinado tempo e espaço; ele corrói quem somos a todo instante, desde o nascimento até o pós-morte, não permitindo segurança e descanso em qualquer ocasião, seja dentro de casa, no trabalho, na escola, no hospital, ou até mesmo no necrotério.

Os eixos de análise discutidos destacam a necessidade de adotar uma abordagem que considere a totalidade na compreensão do trabalho reprodutivo e sua centralidade para a dinâmica de acumulação do capital. Diante disso, torna-se fundamental articular de forma orgânica as lutas que ocorrem tanto no âmbito da economia formal quanto nas atividades historicamente desvalorizadas e invisibilizadas fora desse espaço. Nesse contexto, a atuação do Estado se materializa por meio de estratégias socioculturais, legislativas, educativas e ético-morais que reforçam e legitimam as opressões impostas às mulheres. Como observa Vogel (2022):

[...] as questões políticas e ideológicas entraram na discussão principalmente no processo de descrever o modo pelo qual as tendências estruturais localizadas no nível econômico tomam forma específica nas sociedades concretamente existentes (Vogel, 2022, p. 367).

A sociedade capitalista se apropria dos valores patriarcais e cria formas cruéis de proteção aos agressores e de culpabilização da vítima. Nos “foguinhos”, esse cenário se apresenta diversas vezes, demonstrando os sentimentos de tristeza e raiva que tais situações propiciaram às vítimas, ou fazendo emergir o medo da imposição desse contexto. A responsabilização das mulheres sobre as violências vividas gera medos e receios, os quais provocam um apagamento de sua singularidade devido à tamanha violência, fazendo-as construir barreiras consigo mesmas e com os demais. Elas passam a questionar a maneira que se vestem, falam, andam e são, não se permitindo mais o contato ou o vínculo com determinados sujeitos.

A expropriação dos corpos das mulheres é primordial para a vigência do sistema capitalista. A partir dessa análise, podemos compreender de maneira mais objetiva alguns dos relatos presentes nos “foguinhos”, como a pressão de ser mãe, a responsabilidade do cuidado do lar voltada apenas às mulheres da família, ou a busca por atingir o status de “prendada” nos afazeres domésticos – visto pelo senso comum como necessário para a entrada da mulher numa relação matrimonial. Tais exposições escancaram as imposições sociais sofridas cotidianamente, as quais se iniciam na infância, demonstrando nas vivências relatadas no espaço dos minicursos.

Nos diálogos desenvolvidos no minicurso, a maioria das participantes, que se identificaram como mulheres, apresentaram semelhanças nas infâncias vividas, com a repetição da imposição de uma feminilidade e o discurso de cuidado do lar. Isso se refletia em brincadeiras (cozinhar, cuidar de bonecas, entre outros) ou nas tarefas atribuídas a elas, que passavam a substituir, de maneira forçada, a brincadeira e a infância pelo trabalho doméstico e o cuidado dos outros. Em determinados contextos, eram obrigadas a assumir a imagem materna para seus irmãos, trazendo uma sobrecarga maior para elas, mas que para os demais seria um aguçamento do “instinto feminino”.

Outro ponto abordado é a violência física e psicológica que as atravessa durante esse período da vida, o que as levou a revelarem traumas e sofrimentos, muitas vezes causados por aqueles que deveriam compor sua rede de apoio/familiar. Uma demonstração da posição de “impunidade” e “poder” que ainda são dadas aos homens na sociedade atual.

A BIBLIOTECA FEMINISTA VAI AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Uma outra dimensão do projeto é a divulgação dos materiais produzidos para o público bem diversificado, aqui destacaremos as atividades direcionadas aos alunos de escolas públicas que passam a enxergar a universidade como parte de seus projetos futuros. Com isso tralhamos os conceitos de luta de classe, de direitos sociais e sociedade.

Os encontros são organizados por alunos da graduação e da pós-graduação, que preparam os materiais didáticos que irão facilitar os

debates, organizam o espaço para receber alunos e professores das redes municipal e estadual, promovendo um passeio por todo o campus universitário contando sua história e a importância dos trabalhadores na construção do espaço público, transformando esta instância em divulgação das formas de acesso, as políticas de permanência e suas próprias experiências universitárias.

Assim, construímos um caminho de democratização dos conteúdos e espaços acadêmicos e também promovemos ações de informação sobre machismo, racismo, capacitismo, homofobia e misoginia, buscando a prevenção de crimes e ações de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EXTENSÃO Os desafios referentes à extensão universitária são diversos, sendo de ordem política, pedagógica, conceitual e acadêmica, tanto na gestão, quanto nas normativas e na esfera operacional. Com a curricularização e, portanto, sua obrigatoriedade, há um acirramento entre dois projetos educacionais: um que reforça a universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada e outro de ordem privatista e empresarial.

Assim, a extensão pode, por um lado, qualificar a formação, assumindo um compromisso social (em linha com o PNE 2014-2024, que prioriza áreas de grande pertinência social). Por outro lado, pode reafirmar a tendência de mercantilização da educação, focada em critérios de eficiência e produtividade, transformando as universidades em prestadoras de serviços pautadas pelo mercado. Isso pode levar à precarização do trabalho docente e da formação discente, especialmente com as exorbitantes metas das pós-graduações e os critérios de pontuações na progressão funcional para docentes concentrados na produção intelectual, além da baixa carga horária para programas e projetos de extensão. A curricularização e sua obrigatoriedade, portanto, podem não resolver o lugar de subalternidade da extensão, de menor importância e de baixos recursos, apesar da enorme carga horária a ela destinada nos currículos.

Em um contexto de intenso cumprimento da agenda neoliberal, de redução de políticas de proteção social e de respostas eficazes às demandas dos setores mais subalternos da classe trabalhadora, o casamento entre a curricularização da extensão e as atividades voltadas para setores e áreas geográficas de maior pertinência social, no caso para segmentos em situação de pobreza, parece profícuo e oportuno, ou seja, uma ação voltada para o compromisso com a sociedade, com baixíssimo custo.

Tendo em vista a realidade das universidades públicas brasileiras e as tendências das políticas de corte de gastos e privatizações, que ora se apresentam através de medidas mais duras, ora mais flexíveis, a depender da conjuntura e do perfil dos governos (Fontenele, 2023), a extensão como forma de prestação de serviços à comunidade, associada à captação de recursos, já é uma realidade nas universidades. Nesse sentido, a ABEPSS adverte para a necessidade da defesa de uma educação pública, gratuita, resistindo às tendências de privatização no campo da educação, se contrapondo à instituição da cobrança de taxas em programas, projetos, cursos, ou mesmo à prestação de serviços para a comunidade de natureza mercantil e enfrentando a questão do voluntariado (ABEPSS, 2021).

Nessa mesma dinâmica, a extensão pode expressar o compromisso

social da Universidade com a sociedade e, ao mesmo tempo, pode também se constituir como um mecanismo de relativa substituição de outras políticas públicas em relação às demandas da sociedade, especialmente dos segmentos mais empobrecidos. Daí a importância das atividades extensionistas estarem alinhadas com a defesa de direitos universais e a ampliação da oferta de serviços e benefícios voltados para o conjunto da população brasileira e, a partir daí, alimentar criticamente a produção de um conhecimento socialmente referenciado.

O financiamento e as garantias das condições para o desenvolvimento das atividades de extensão estão a cada ano mais diminutos e a creditação da extensão está cada dia mais inviável ou mesmo precarizada, o que certamente está impactando a formação profissional e as ações junto à comunidade externa (ABEPSS, 2021). Portanto, a extensão deve constituir conceitos e práticas que possam estabelecer a articulação entre ensino/pesquisa/extensão, a unidade teoria/prática, entre saber acadêmico e popular, entre conhecimento, ação política, valores éticos e, acima de tudo, a luta por uma educação pública e de qualidade.

Ao propiciar um espaço para que as mulheres relatem suas experiências de dor, estabelece-se uma aproximação crucial entre o conhecimento acadêmico-teórico e a vivência cotidiana. Tal iniciativa contribui significativamente para a formação de futuros assistentes sociais e para o aprimoramento contínuo dos profissionais já atuantes na área, ao possibilitar uma análise crítica das expressões da questão social, fundamentada em uma perspectiva documental e bibliográfica. Dessa forma, este estudo não apenas evidencia as manifestações da questão social imbricadas na violência de gênero, mas também reafirma o compromisso intrínseco da profissão de Serviço Social com a compreensão e o enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais inerentes ao sistema capitalista.

Esta abordagem profunda simultaneamente a percepção das relações de violência e machismo que estruturam a vida das mulheres, elementos que se manifestam recorrentemente no cotidiano profissional. Conseqüentemente, viabiliza-se o fortalecimento do vínculo profissional entre o assistente social e o usuário. Ao apreender a maneira pela qual a estrutura capitalista percebe e reproduz a subordinação feminina, o profissional estará mais apto a oferecer acolhimento compreensivo em casos específicos. Isso expande a capacidade do profissional de desenvolver intervenções mais direcionadas e éticas, visando não apenas mitigar o sofrimento, mas também contestar as raízes estruturais da opressão.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Comissão Temporária de Trabalho. **Documento preliminar acerca da Curricularização da Extensão**. Brasília, DF: Comissão Temporária de Trabalho, 2021.
- ABEPSS. **Curricularização da extensão e Serviço Social**. Brasília, dezembro de 2022.
- BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social: Remapear a classe, recentralizar opressão**. São Paulo: Elefante, 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394/96.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024.
- CAMPOS, Carmen Hein de; et al. Cultura do estupro ou cultura antiestupro? **Rev. direito GV**, [online]. 2017, vol.13, n.3, pp.981–1006.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, n. 24, 2003.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, 1979.
- FERGUSON, Susan. McNally, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, n. 29, novembro de 2017. Disponível em: https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02_McNally-e-Ferguson_2017.pdf Acesso em: 20 fev. 2026.
- FONTENELE, Iolanda. A universidade brasileira e o neoliberalismo: impactos na educação e na pesquisa. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 44, e263842, 2023.
- FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Org.: Edison José Correa. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.
- MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, 1998.
- SERAFIM, Andrea Bier. **A curricularização da extensão e o neoliberalismo: a governabilidade na resolução e nos discursos de docentes**. 2023. 111f. Tese, Universidade São Francisco (USF), Programa de Pós-Graduação em Educação, Itatiba, SP, 2023.
- VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres rumo a uma teoria unitária**. Tradução Equipe do Grupo de Estudos sobre teoria da reprodução social. São Paulo: Expressão Popular, 2022.